



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 139.501/2024**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO 354/2024**

**1. OBJETO**

Este processo tem por objetivo a contratação de empresa visando a manutenção do poço artesiano da Costa do Jacui, avariado em virtude das enchentes corroboradas no Decreto 3.706 de 03.05.2024, conforme Documento de Formalização de Demanda constante no processo administrativo nº 139.501/2024.

**2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Para custear as despesas decorrentes da presente contratação, serão usadas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária do exercício de 2024.

2032- MANUTENÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL  
3390.39.00.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ

**3. RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros utilizados correspondem a recursos próprios, decorrentes do exercício financeiro de 2024.

Pela aquisição, o Município pagará o valor total de R\$ 2.280,00 (dois mil, duzentos e oitenta reais), mediante apresentação de Nota Fiscal e documentos que comprovem a condição de habilitação do fornecedor.

**4. JUSTIFICATIVA**

O art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, impôs como regra a obrigatoriedade de licitar.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

**"Sentinela do Progresso."**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**

Para regulamentar o art. 37, inciso XXI, da CF, foi criada a Lei Federal nº 14.133/21, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações.

Ressalta-se que a presente contratação se encontra embasada no que diz a lei, referida acima, em seu respectivo artigo:

Art. 75. É dispensável a licitação:

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

Desta feita, vale salientar que, a presente contratação se encaixa na hipótese legal descrita no art. 75, inciso VIII da Lei 14.133/21, acima transcrito, sendo que a empresa fora escolhida pelo Município, em conformidade com os orçamentos, parte integrante deste processo, atendendo as exigências dos referidos dispositivos legais.

No mesmo norte, vale dizer que a comprovação da prestação dos serviços dar-se-á mediante apresentação de nota fiscal da empresa, comprovando sua adequação à legislação contábil e financeira, bem como atestado de recebimento dos serviços prestados à municipalidade por meio de funcionário competente, que fiscalizará e certificar-se-á da correta utilização dos recursos públicos para atingimentos dos objetivos propostos.

Sendo assim, tendo em vista as exposições motivadas neste processo e levando-se em consideração o relevante interesse público em questão, com base no art. 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, ratifico este processo de Dispensa de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos atos acima invocados.

DOUGLAS  
FONTANA:00303  
055006

Assinado de forma digital  
por DOUGLAS  
FONTANA:00303055006  
Dados: 2024.07.08 22:06:23  
+03'00'

DOUGLAS FONTANA  
Prefeito

Espumoso, RS 09 de julho de 2024.

**"Sentinela do Progresso."**

Praça Arthur Ritter de Medeiros, s/n | CEP 99400-000 | Espumoso | RS | Fone (54) 3383.4450  
E-mail: gabinete@espumoso.rs.gov.br